

DOI: <http://dx.doi.org/10.18817/ot.v15i26.617>**MIGRAÇÕES INTERNAS E CONEXÕES SOCIAIS EM UM CONTEXTO COLONIAL:**
trajetórias de imigrantes portugueses na Vila de Paranaguá (décadas de 1770-1790)¹**INTERNAL MIGRATIONS AND SOCIAL CONNECTIONS IN A COLONIAL
CONTEXT:** the trajectories of Portuguese immigrants in the municipality of Paranaguá
(decades 1770-1790)**MIGRACIONES INTERNAS Y CONEXIONES SOCIALES EN UN CONTEXTO
COLONIAL:** las trayectorias de los inmigrantes portugueses en la Villa de Paranaguá
(décadas de 1770 a 1790)

ANDRÉ LUIZ MOSCALESKI CAVAZZANI

Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo.
Coordenador do curso de Licenciatura em História do Centro Universitário
Internacional de Curitiba
Curitiba/Paraná/Brasil
andrecava@hotmail.com

SANDRO ARAMIS RICHTER GOMES

Doutor em História pela Universidade Federal do Paraná.
argomes8@gmail.com

Resumo: O presente artigo comporta uma investigação a respeito das formas de inserção de três imigrantes portugueses na vila paulista de Paranaguá, no contexto das décadas de 1770 a 1790. A finalidade central deste estudo consiste em produzir um conhecimento a respeito das formas de absorção de portugueses à vida social de uma vila colonial situada no extremo sul da Capitania de São Paulo. Nesse quadro, o desenvolvimento dessa análise é realizado por meio da sustentação de quatro argumentos. Primeiro, é demonstrado que havia ocasiões nas quais o estabelecimento na vila de Paranaguá por um imigrante português era decorrente do insucesso da iniciativa de se fixar em praça mercantil de maior porte. Segundo, evidencia-se que os portugueses radicados em Paranaguá possuíam conexões sociais e comerciais em distintas áreas do litoral Sudeste, notadamente a cidade do Rio de Janeiro. A manutenção dessas conexões criava uma dinâmica de absorção de caixeiros à vila de Paranaguá. O quarto argumento afirma que a constituição de vínculo com um compatriota era operacional para o jovem reinol enraizar-se na sociedade receptora. Por fim, é evidenciado que não era incomum que a obtenção de um treinamento profissional pelos reinóis ocorresse na época da menoridade.

Palavras-chave: Brasil Meridional. Comércio. Imigração portuguesa.

Abstract: The present article includes an investigation about the ways of insertion of three Portuguese immigrants in the city of Paranaguá, in the context of the 1770-1790s. The main purpose of this study is to produce knowledge about the Portuguese absorption of social life of a colonial municipality located at the southern end of the Captaincy of São Paulo. Thus, the development of this analysis is done supported by four statements. First, it is shown that there are occasions when the establishment in the municipality of Paranaguá by a Portuguese immigrant was due to the failure of the initiative to establish itself in a larger market square. Second, it is evident that Portuguese people living in Paranaguá had social and commercial connections in different space areas along the Southeast coast, notably the city of Rio de Janeiro. The maintenance of these connections used to create a dynamic of

¹ Artigo submetido à avaliação em junho de 2018 e aprovado para publicação em novembro de 2018

absorption of the traveling men to the municipality of Paranaguá. The third argument states that the establishment of a bond with a compatriot was operative for the young Portuguese realm to take root in the receiving society. At last, it is evidenced that it was not uncommon that obtaining a professional training occurred at the time of minority.

Keywords: Southern Brazil. Commerce. Portuguese Immigration

Resumen: Este artículo contiene una investigación de las formas de inserción de tres inmigrantes portugueses en la villa paulista de Paranaguá, en el contexto de las décadas de 1770 a 1790. El objetivo principal de este estudio es producir conocimiento sobre las formas de absorción de portugueses a la vida social de una villa colonial situada en el extremo sur de la Capitanía de São Paulo. En este marco, el desarrollo de este análisis se realiza por medio de la sustentación de cuatro argumentos. En primer lugar, se demuestra que hubo momentos en los que el establecimiento en la villa de Paranaguá por un inmigrante portugués se debió al fracaso de la iniciativa de establecerse en la mayor plaza mercantil. En segundo lugar, se evidencia que los portugueses arraigados en Paranaguá tenían conexiones sociales y comerciales en diferentes áreas de la costa Sudeste, especialmente la ciudad de Río de Janeiro. La manutención de esas conexiones creaba una dinámica de absorción de viajeros a la villa de Paranaguá. El cuarto argumento afirma que la constitución de vínculo con un compatriota era operativo para el joven del reino enraizarse en la sociedad receptora. Por último, se enfatiza que no era inusual que la obtención de un entrenamiento profesional por los jóvenes del reino ocurriera en la época de la menoría.

Palabras clave: Brasil Meridional. Comercio. Inmigración portuguesa.

Introdução

Neste artigo é desenvolvida uma investigação a respeito dos processos de inserção e enraizamento social de três imigrantes portugueses na vila litorânea de Paranaguá, em um recorte temporal que abrange as décadas de 1770 e 1790. Mais precisamente, tal recorte é iniciado pela época do ingresso dos imigrantes na citada vila e é concluído tendo como referência o momento em que eles contraíram núpcias. Nessa época, o município de Paranaguá pertencia à jurisdição da Capitania de São Paulo. Presentemente, essa cidade integra a área do Estado do Paraná.

A finalidade deste estudo consiste na produção de um conhecimento sobre as condições de ingresso e mobilidade social de indivíduos provenientes de Reino de Portugal em municípios do Brasil Meridional, no contexto das décadas finais do século XVIII. Por meio de estudos de caso, objetiva-se reunir evidências a respeito das diferenças entre os reinos quanto à natureza de suas estratégias de acomodação na hierarquia social da referida vila litorânea. De outra parte, a realização desses estudos de caso é operacional para o reconhecimento das distinções que existiram entre os membros da comunidade étnica portuguesa de Paranaguá, no fim do século XVIII, concernente à capacidade de formação e ampliação de vínculos econômicos e familiares na sociedade receptora.

No curso deste artigo são sustentados quatro argumentos. Primeiro, é salientado que a migração para a vila de Paranaguá, nos anos finais do século XVIII, não era, em todos

os casos, a opção preferencial de reinóis. Por conseguinte, as informações contidas neste estudo permitem asseverar que havia ocasiões nas quais a fixação de um português em Paranaguá era uma consequência do malogro da tentativa de estabelecer-se em município dotado de uma praça mercantil mais próspera.

A sustentação desse argumento permite evidenciar que não era incomum que portugueses, após o seu estabelecimento no Brasil, realizassem migrações internas. Assim, havia imigrantes que, nos primeiros anos de estabelecimento no Brasil, tiveram trajetórias marcadas pelo insucesso de iniciativas tais como o exercício de uma ocupação econômica na capital da colônia.

Segundo, é demonstrado que os comerciantes de Paranaguá mantinham conexões com comerciantes radicados na cidade do Rio de Janeiro. Uma das implicações dessas conexões era gerar uma dinâmica de absorção de caixeiros ao litoral sul da Capitania de São Paulo. Dentre esses caixeiros, havia indivíduos de origem portuguesa. Dessa forma, trata-se de demonstrar o argumento segundo o qual havia ocasiões nas quais o ingresso de reinóis na vila de Paranaguá, nos anos finais do século XVIII, era decorrente da demanda local pelo trabalho de jovens caixeiros.

Terceiro, trata-se de salientar que, no âmbito da Paranaguá dos anos 1790, a consolidação de um vínculo com compatriota era decisiva para o reinol adentrar a um circuito de relações sociais. O pertencimento a esse circuito viabilizava, por exemplo, a sua participação no mercado local de casamentos. A atuação como caixeiro de um compatriota impunha ao reinol a acomodação em uma situação de subalternidade. Todavia, o exercício desse ofício era estratégico para que ele, o jovem reinol, iniciasse a constituição de seus vínculos sociais na pequena área urbana do município.

Por fim, é demonstrado que um elemento comum aos percursos dos imigrantes portugueses arrolados neste artigo era o aprendizado de um ofício ao tempo que se encontravam na menoridade. No contexto da vila de Paranaguá setecentista, a trajetória de reinóis que estavam nos anos finais da infância e no limiar da adolescência era comumente marcada pelo envolvimento nas lides do comércio ou nos misteres do trabalho marítimo.

A execução dessas etapas do artigo possibilita salientar que eram marcantes as distinções entre os jovens imigrantes portugueses, no âmbito do citado município, quanto à natureza de suas oportunidades econômicas e sociais. Nesse quadro, uma distinção crucial era atinente à maior ou menor condição de esses jovens estabelecerem vínculos familiares com compatriotas abastados há tempos radicados naquele município.

Em última instância, trata-se de ressaltar que as trajetórias de reinóis aqui estudadas comportam evidências de que a comunidade étnica portuguesa de Paranaguá, no aludido recorte temporal, era socialmente segmentada. Um dos elementos fundamentais das diferenças entre os membros dessa comunidade dizia respeito às condições de adentrar ao círculo de relações sociais da elite local.

O estudo sobre as diferenças entre os percursos de inserção de reinóis na vila de Paranaguá setecentista permite avançar na compreensão acerca das estratégias sociais empregadas pelos imigrantes para se radicarem em áreas sulinas na época colonial. Ao mesmo tempo, a execução desse artigo é direcionada a propiciar um entendimento sobre a natureza hierarquizada da comunidade étnica portuguesa existente no extremo sul do litoral paulista nos anos finais do século XVIII.

Os estudos sobre imigração no Sul do Brasil ocuparam-se, em grande medida, da tarefa de compreender a formação de comunidades étnicas no contexto da segunda metade do século XIX e no decorrer do século XX. Nesse quadro, a partir dos anos 1970 houve o desenvolvimento de abordagens sobre as mudanças nos padrões demográficos dessas comunidades.

Em síntese, tais estudos dedicaram-se à investigação sobre os ritmos da integração de componentes daquelas comunidades na sociedade receptora. Nesse âmbito, o reconhecimento dos padrões demográficos tornou-se decisivo para a identificação da maior ou menor abertura daquelas comunidades para o estabelecimento de interações sociais com membros da sociedade receptora.²

Por conseguinte, foi ocasional o aparecimento de estudos que dedicassem atenção à estratificação social de comunidades étnicas formadas no Sul do Brasil. Os estudos que comportam informações sobre a segmentação interna a essas comunidades são, em sua maior parte, referentes ao caso da imigração alemã.³

² Ver BALHANA, Altiva Pilatti. *Santa Felicidade: uma paróquia Vêneta no Brasil*. Curitiba: Fundação Cultural, 1978; MACHADO, Cacilda da Silva. *De uma família imigrante: sociabilidades e laços de parentesco*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998; NADALIN, Sérgio Odilon. *Une paroisse germanique au Brésil: la communauté évangélique luthérienne à Curitiba entre 1866 et 1969*. 1978. Tese (Doutorado em História e Geografia das Populações)- École des Hautes Études em Sciences Sociales, Paris, 1978; QUEIROZ, Maria Luiza Bertulini. *Paróquia de São Pedro do Rio Grande: estudo de história demográfica (1737-1850)*. Tese (Doutorado em História). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1992; RANZI, Serlei Fischer. *Alemães católicos: um estudo comparativo de famílias em Curitiba (1850-1919)*. 1996. Tese (Doutorado em História)- Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1996; WACHOWICZ, Ruy Cristovam. *Abranches: paróquia da imigração polonesa*. Dissertação (Mestrado em História)- Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1974.

³ COLATUSSO, Denise Eurich. *Imigrantes alemães na hierarquia de status da sociedade luso-brasileira (Curitiba, 1869 a 1889)*. Dissertação (Mestrado em História)- Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004;

Desse modo, na historiografia não houve a produção sistemática de abordagens que reconhecessem a natureza e as implicações das distâncias socioeconômicas entre imigrantes no Brasil Meridional. Antes, verifica-se continuidade da ênfase no propósito de identificar os fatores culturais da coesão interna àquelas comunidades, no contexto do Paraná dos séculos XIX e XX.⁴

A partir dos anos 2000, contudo, houve a produção de estudos dedicados à compreensão das estratégias sociais de imigrantes, especialmente os açorianos, em áreas sulinas. Mais precisamente, tal vertente de estudo é direcionada ao entendimento das formas de constituição de vínculos sociais e familiares na Capitania do Rio Grande do Sul, na segunda metade do século XVIII e princípio do século XIX.⁵

No caso do Paraná, remanesce em estágio incipiente o estudo sobre a segmentação social de comunidades étnicas e a distinção entre os imigrantes quanto aos seus percursos na sociedade receptora. Os estudos sobre trajetórias individuais, portanto, foram empregados de forma circunstancial nas abordagens atinentes à imigração naquele estado.⁶ Nesse quadro, permanece pouco desenvolvida a compreensão sobre as condições de ingresso e mobilidade social de imigrantes que se estabeleceram no litoral paranaense desde a época colonial.

ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. 2 v. Porto Alegre: Globo, 1969; SEYFERTH, Giralda. Etnicidade, política e ascensão social: um exemplo teuto-brasileiro. *Mana*, v. 5, n. 2, p. 61-88, out.1999.

⁴ BIDEAU, Alain e NADALIN, Sérgio Odilon. *Une communauté allemande au Brésil: de l'immigration aux contacts culturels, XIX^e-XX^e siècle*. Paris: Ined, 2011; HELFENSTEIN, Janaína Cristiane da Silva. *Entre a vida comunitária e a vida conjugal: a composição das famílias luteranas de Imbituva, Paraná (1943-1959)*. 2014. Dissertação (Mestrado em História)- Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014; SCARPIM, Fábio Augusto. *Bens simbólicos em laços de pertencimento: família, religiosidade e identidade étnica nas práticas de transmissão de nomes de batismo em um grupo de imigrantes italianos (Campo Largo-PR, 1878-1937)*. 2010. Dissertação (Mestrado em História)- Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010; SCARPIM, Fábio Augusto *O mais belo florão da Igreja: família e práticas de religiosidade em um grupo de imigrantes italianos (Campo Largo-PR, 1937-1965)*. 2017. Tese (Doutorado em História)- Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017. A respeito dos traços culturais e formas de interação entre imigrantes europeus em municípios paranaenses no curso do século XX, ver ANDREAZZA, Maria Luiza. *Paraíso das delícias: um estudo da imigração ucraniana, 1895-1995*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1999; FIAMONCINI, Celina. *Em defesa da saúde e do amparo: imigrantes portugueses em Curitiba (1898-1930)*. Dissertação (Mestrado em História)- Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

⁵ HAMEISTER, Martha Daisson. *Para dar calor à nova povoação: estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais da Vila do Rio Grande (c.1748-c.1763)*. Tese (Doutorado em História Social)- Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006; MARQUES, Rachel dos Santos. *Por cima da carne seca: hierarquia e estratégias sociais no Rio Grande do Sul (c.1750-1820)*. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2012; SCOTT, Ana Volpi (Org.). *Gentes das Ilhas: trajetórias transatlânticas dos Açores ao Rio Grande de São Pedro entre as décadas de 1740 e 1790*. São Leopoldo: Oikos, 2014.

⁶ CARVALHO NETO, João Baptista Penna de. *Floriano Essenfelder: a trajetória de um empresário*. 1991. Dissertação (Mestrado em História)- Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1991; MACHADO, Cacilda da Silva; NADALIN, Sérgio Odilon (Org.). *Memórias de Gustav Hermann Strobel: relatos de um pioneiro da imigração alemã no Brasil*. Curitiba: Instituto Memória, 2014; STOLLMEIER, Lorena Antunes. *Os Fontana: aspectos da experiência imigrante (1880-2015)*. Dissertação (Mestrado em Sociologia)- Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.

Verifica-se, pois, que é episódico o aparecimento de análises que se atenam às distinções entre os imigrantes quanto às suas origens e destinos sociais no tempo da colônia.⁷ O estudo sobre o problema da hierarquização social na sociedade de Paranaguá recebeu maior ênfase no período referente ao século XIX.⁸

Nesse âmbito, a consecução das etapas deste estudo permite salientar as condições de absorção de portugueses nos processos de treinamento de caixeiros em área litorânea do extremo sul da Capitania de São Paulo. Frequentemente, os estudos sobre tais formas de treinamento dizem respeito ao caso da vida comercial do Sudeste na época colonial.⁹

A execução deste artigo é realizada a partir da análise de três processos de dispensas matrimoniais abertos entre os anos de 1793 e 1795. Esses documentos eram produzidos pela Igreja Católica. As dispensas matrimoniais aqui utilizadas estão sob a guarda do Arquivo Metropolitano Dom Leopoldo e Silva, da Mitra Diocesana de São Paulo. Tal arquivo está situado na capital paulista.¹⁰ No contexto sobre o qual o presente artigo se detém, as dispensas eram processos conduzidos pelos membros do clero em âmbito local.

A finalidade primordial desses processos era aferir, por meio do arrolamento de testemunhas, se o imigrante de origem portuguesa que pretendia contrair núpcias estava livre e desimpedido para realizar esse intento.¹¹ As dispensas contêm informações sobre as ocupações econômicas exercidas pelos noivos portugueses e pelas suas testemunhas. A atenção às informações sobre as origens familiares e às profissões dos noivos e de suas

⁷ CAVAZZANI, André Luiz Moscaleski. *Tendo o sol por testemunha: população portuguesa na Baía de Paranaguá (c. 1750-1830)*. 2013. Tese (Doutorado em História Social)- Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

⁸ GOMES, Sandro Aramis Richter. *Descentralização e pragmatismo: condições sociais de produção das memórias históricas de Antônio Vieira dos Santos (Morretes e Paranaguá, décadas de 1840-1850)*. 2012. Dissertação (Mestrado em História)- Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012; KATO, Allan Thomas Tadashi. *Retrato urbano: estudo da organização socioespacial de Paranaguá, Antonina e Curitiba no início do século XIX*. 2011. Dissertação (Mestrado em História)- Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011; LEANDRO, José Augusto. *Gentes do grande mar redondo: riqueza e pobreza na Comarca de Paranaguá (1850-1888)*. 2003. Tese (Doutorado em História)- Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

⁹ BORREGO, Maria de Menezes. *A teia mercantil: negócios e poderes em São Paulo colonial (1711-1765)*. São Paulo: Alameda, 2010; GORENSTEIN, Riva; MARTINHO, Lenira. *Negociantes e caixeiros na sociedade da independência*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal da Cultura, 1993; PEREIRA, Alexandra Maria. *Das minas à Corte, de caixeiro à contratador: Jorge Pinto de Azeredo: atividade mercantil e negócios na primeira metade do século XVIII*. 2014. Tese (Doutorado em História Econômica)- Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

¹⁰ Esse arquivo está situado na Avenida Nazaré, n. 993, bairro do Ipiranga, cidade de São Paulo.

¹¹ GOLDSCHMIDT, Eliana Rea. *Casamentos mistos: liberdade e escravidão na São Paulo colonial*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2004; LOPES, Eliana Cristina. *O revelar do pecado: os filhos ilegítimos na São Paulo do século XVIII*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 1998.

testemunhas permite reconhecer aspectos do círculo social aos quais jovens imigrantes portugueses foram absorvidos na Paranaguá do fim do século XVIII.

Condição profissional da população portuguesa na vila de Paranaguá em fins da época colonial

As Listas nominativas de habitantes são fontes que permitem identificar o contingente de portugueses radicados no sobredito município em fins da época colonial. A lista nominativa que possui informações mais pormenorizadas sobre a naturalidade e a ocupação profissional dos habitantes de Paranaguá foi produzida em 1801.

Essa Lista Nominativa possibilita reconhecer com maior precisão o contingente de portugueses radicados na vila de Paranaguá no limiar do século XIX. A análise dessa fonte possibilita salientar que, no referido ano, a população total de Paranaguá era de 5.467 indivíduos. Desse total, 55 indivíduos eram homens de origem portuguesa.

Portanto, no contexto ao qual se refere o presente artigo, a comunidade portuguesa existente em Paranaguá nas décadas finais da época colonial representava cerca 1% da população da vila. Desses 50 imigrantes de origem portuguesa, 50 tiveram as suas profissões mencionadas na lista de habitantes.

A partir das informações apresentadas na Tabela 1, é possível evidenciar a inclinação dos reinóis para a atuação em ocupações urbanas, notadamente o comércio. Naquele contexto, era minoritário, no âmbito do grupo de imigrantes portugueses, o contingente de indivíduos dedicados aos trabalhos marítimos. Os marujos de origem portuguesa, portanto, não formavam um grupo expressivo do ponto de vista numérico naquela vila.

Tabela 1: Profissões de imigrantes lusófonos na Vila de Paranaguá (1801)¹²

Profissões	Contingente de imigrantes
Artes médicas	2
Artesão	2
Cargo oficial	3
Comerciante varejista	8
Grande agricultor	11
Grande comerciante	12
Ofícios marítimos	8
Pequeno agricultor	4
Total	50

Fonte: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Lista Nominativa de Habitantes da Vila de Paranaguá, ano de 1801.

Em resumo, as informações inerentes a esta lista permitem salientar que havia imigrantes portugueses fixados tanto em áreas rurais quanto em áreas mais centrais do município de Paranaguá. Nesse quadro, era significativo o número de reinóis que atuavam em ramos da agricultura.

No decorrer da presente investigação, é evidenciado que os reinóis possuíam conexões sociais em distintas áreas do município de Paranaguá. Mais precisamente, eles possuíam vínculos com lavradores, marinheiros e comerciantes. Estas eram, pois, ocupações às quais diversos portugueses dedicaram-se no processo de seu enraizamento na vila receptora.

Marujos, comunidade étnica e estratégias sociais na vila de Paranaguá: o caso de Sebastião José Maria

A análise do processo de dispensa matrimonial do português Sebastião José Maria permite a elaboração de três argumentos. Primeiro, compete salientar que principiava na infância o treinamento de marujos portugueses que atuavam como marinheiros. No conjunto dos imigrantes de origem portuguesa que constam nos processos de dispensas matrimoniais

¹² Para a elaboração desta tabela foram empregados quatro critérios. Primeiro, definiu-se como *pequeno agricultor* os chefes de domicílios que aparecem na fonte como dedicados à agricultura de subsistência. Segundo, foi aqui definido como *grande agricultor* os chefes de domicílios cuja produção agrícola comercializada foi registrada na lista nominativa. Terceiro, foram reunidos na categoria de *comerciante varejista* os imigrantes lusófonos arrolados na lista como vendedores. Por fim, houve o enquadramento de portugueses na categoria de *Grande comerciante* quando tais imigrantes foram mencionados na fonte como dedicados aos misteres da vida mercantil.

abertos na vila de Paranaguá, era reduzido o contingente daqueles que se moveram da condição de marujos para a de contramestre, por exemplo.

Desse modo, Sebastião José pertencia a um grupo de imigrantes que adentrara a etapa da juventude a desempenhar função análoga àquela que exercera em sua infância – a função de servente de embarcações.

Segundo, cumpre enfatizar a perenidade das relações entre os marujos de origem portuguesa estabelecidos na vila de Paranaguá dos anos finais do século XVIII. Comumente, tais relações eram iniciadas no Reino de Portugal, quando os imigrantes encontravam-se em idade pueril, e conservavam-se ao tempo que esses reinóis fixavam-se no Brasil e alcançavam a etapa da juventude. A comunidade étnica portuguesa existente na Paranaguá setecentista, portanto, era também formada por marinheiros que possuíam vínculos desde a época em que residiam na sociedade de origem. Trata-se, pois, de um conjunto de indivíduos pertencentes à geração nascida ao longo dos anos 1760 e início dos anos 1770.

Terceiro, é evidenciado que uma estratégia para a consolidação do pertencimento social de imigrantes na vila de Paranaguá, bem como para a constituição de vínculo matrimonial, consistia na circulação por uma freguesia desse município. Nesse particular, a freguesia de Nossa Senhora do Pilar da Graciosa. Distante cerca de cinquenta quilômetros da área urbana do município de Paranaguá, tal freguesia foi elevada à categoria de município de 1797 com a denominação de Vila de Antonina. Essa antiga freguesia, portanto, tornara-se o local em que os imigrantes da geração de Sebastião José Maria auferiram a oportunidade de contrair núpcias.

Em resumo, nesta etapa da investigação cumpre demonstrar que a mobilidade espacial fora aspecto intrínseco do limiar dos percursos sociais de reinóis tais como Sebastião José na Paranaguá nas décadas finais do século XVIII.

O processo de dispensa matrimonial de Sebastião José Maria foi iniciado no dia 29 de julho de 1793 pelo vigário de Paranaguá, Pero Domingues Paes Leme. Nessa oportunidade, Sebastião José afirmou que era originário da vila de Angeja, situada no Bispado de Aveiro, Portugal. Ele salientou que estava na idade de 18 anos. Aos 8 anos, deixara pela primeira vez o Reino de Portugal. Ele não informou o destino desta primeira viagem. Aos 11 anos, estabeleceu-se no Brasil e começou o seu aprendizado como marinheiro. O seu estabelecimento na colônia, portanto, ocorreu por volta do ano de 1786.

Desde a idade pueril, Sebastião José já estava habituado a viagens para além do Reino de Portugal. Ao mesmo tempo, fora nos anos finais de sua infância que ele obteve os primeiros conhecimentos a respeito das lides marítimas. Ao tempo que contraiu núpcias, permanecia a exercer a tarefa de servente de navios. A respeito do seu processo de ingresso no Brasil, ele destacou:

Disse, que seu próprio nome com que sempre se apelidou fora o de Sebastião José Maria natural da vila de Anjenja bispado de Aveiro, filho legítimo de Agostinho Nunes, e de Maria Nunes Rezende, que tem de idade dezoito anos, e que teria oito anos mais ou menos quando saiu de sua pátria a primeira vez, que da segunda vez, que veio para o Brasil, de onde não tornara mais para sua pátria, teria onze anos, que vive na ocupação de marinheiro pelos portos desta América, a saber, Rio de Janeiro, Bahia, Pará, Maranhão, Pernambuco, Rio de São Francisco capitania, e que em nenhum porto deste não se demorou tempo considerável mais de dois ou três meses e que só neste porto tem tido maior demora, e que haverão perto de oito anos que anda nesse Brasil se ocupando na navegação, e que é solteiro livre, e desimpedido, e nunca prometera esposais a mulher alguma senão a Ana Joaquina moradora na freguesia do Pilar.¹³

Ao atingir a maioridade, Sebastião José alcançara a faculdade de contrair núpcias na sociedade receptora – a sua noiva chamava-se Ana Joaquina. A consistência de seus vínculos em tal sociedade pode ser aferida pelo fato de que ele fora acusado de ter realizado intercuro sexual com a sua futura sogra, a viúva Domingas do Espírito Santo, residente na freguesia de Nossa Senhora do Pilar. Todavia, Sebastião José reuniu duas testemunhas de defesa e impediu que o seu processo de dispensa matrimonial fosse suspenso. A respeito da natureza de sua convivência com Sebastião José, a sua futura sogra afirmou

E perguntado ela depoente se tinha de verdade tido cópula com o contraente Sebastião José Maria, segundo o impedimento posto aos banhos do mesmo contraente disse que era falso o referido impedimento porque nunca ela depoente tivera atos ilícitos com o contraente impedido, e que este impedimento só podia nascer de pessoas malvadas que por verem o contraente entrar na casa dela depoente, e fazer lhe agrados, porque já pretendia casá-lo com sua filha contraente impedida, tomariam fundamento de levantar este [boato], estando ela depoente inocente; e mais não disse.¹⁴

Sebastião José, portanto, conseguira adentrar a espaços privados da freguesia de do Pilar e concretizar seu pertencimento na sociedade receptora por meio da célere consolidação de vínculo matrimonial. Esse português ressaltou que realizava suas viagens por portos situados nas regiões Nordeste, Sudeste e Sul da colônia. Ainda assim, os constantes deslocamentos aos quais era impelido em virtude de sua ocupação profissional não se

¹³ ARQUIVO METROPOLITANO DOM LEOPOLDO E SILVA, MITRA DIOCESANA DE SÃO PAULO. Processo de dispensa matrimonial de Sebastião José Maria, ano de 1793, p. 1.

¹⁴ Ibid., p. 2.

apresentaram como entraves para o envolvimento nos esquemas matrimoniais que existiam na citada freguesia do município de Paranaguá.

Os interlocutores de Sebastião José Maria: estado conjugal e formas de enraizamento social de marujos

O estudo sobre o perfil social das testemunhas do processo de dispensa matrimonial de Sebastião José possibilita o reconhecimento das formas de inserção social e atuação profissional dos reinóis que, enraizados na vila de Paranaguá, atuaram como marujos nos anos finais do século XVIII.

A primeira testemunha a depor nesse processo de dispensa foi Francisco José Lessa. Ele era natural da vila de Matosinho, situada no Bispado do Porto, Portugal. Na época de seu testemunho, ele estava na idade de 22 anos, era marinheiro e encontrava-se casado. Há, pois, duas informações a serem destacadas desse depoimento.

Uma informação diz respeito ao fato de que Sebastião José e Francisco José iniciaram uma convivência ao tempo que residiam em Portugal. Eles se transferiram juntos para o Brasil. Tal informação consiste em evidência da perenidade das interações entre uma parcela dos membros da comunidade étnica portuguesa estabelecida em Paranaguá no final do século XVIII. Mais especificamente, tais interações principiavam na infância e prolongavam-se até o momento em que os reinóis atingiam a idade adulta.

Outra informação é referente ao fato de que, segundo Francisco José, o seu compatriota Sebastião José migrara da vila de Angeja para a cidade de Lisboa. Esse marujo, ainda segundo Francisco José, permaneceu residente na capital portuguesa por período pouco inferior a um ano. Portanto, a prática da realização de migração interna fora uma experiência vivenciada por Sebastião José ainda na infância. O insucesso do seu enraizamento em Lisboa foi, pois, sucedido pela sua transferência para o Brasil. Na colônia, Sebastião José fixou-se inicialmente na cidade do Rio de Janeiro. A síntese das informações fornecidas por Francisco José nesse depoimento está contida no seguinte excerto

Disse que conhecia perfeitamente a Sebastião José Maria, e que era natural da vila de Angeja bispado de Aveiro, porém, que não sabia quem sejam seus pais, e que sabe saiu de sua pátria pela cidade do Porto para o Brasil de idade de onze anos, e tornando logo para Lisboa se deteve dez meses, e tornou a embarcar para o Brasil onde tem andado no exercício de marinheiro pelos portos de Pernambuco, Bahia, Pará, Maranhão, e capitania, e ao Rio de São Francisco do Sul, sem se demorar em todos estes portos, senão o tempo necessário para descarga e carga das embarcações em que andava, andando ele testemunha em companhia do justificante embarcado na primeira viagem que fez para o Brasil, e outra para Pernambuco, e dali para a

capitania do Espírito Santo, de onde vieram para esta vila, e que terá hoje o mesmo justificante de idade quinze para dezesseis anos que em todo tempo sempre o conheceu solteiro livre, e desimpedido.¹⁵

Tais informações permitem destacar que o enraizamento de Sebastião José no Brasil foi um processo vagaroso. Tal aspecto era derivado do fato de que foi apenas em sua segunda vinda para a Colônia que houve a consolidação de seu pertencimento à sociedade receptora. Anteriormente, ele regressara do Brasil para o Reino de Portugal com a finalidade de residir na cidade de Lisboa.

Dessa forma, Sebastião José pertencia ao conjunto de reinóis cujo planejamento da vinda para ao Brasil não fora realizado com o auxílio de compatriotas estabelecidos há tempos na sociedade receptora. Conforme salientado ao longo deste artigo, tal forma de ingresso fora peculiar a portugueses que se dedicaram ao comércio na sociedade de Paranaguá. Em suma, foi no exercício de suas tarefas de marinheiro que Sebastião José, conjuntamente a outros marujos reinóis, inclinou-se a constituir vínculos sociais mais sólidos no extremo sul da Capitania de São Paulo.

Os depoimentos das outras duas testemunhas desse processo de dispensa matrimonial corroboram a afirmação de que havia um caráter perene das interações entre os marinheiros de origem portuguesa estabelecidos na vila de Paranaguá no fim do século XVIII. O segundo depoimento desse processo foi prestado pelo marinheiro Joaquim José. Ele afirmou que era natural da cidade de Lisboa, estava na idade de 20 anos e era solteiro. Afirmou, ainda, que viera para o Brasil em companhia de Sebastião José. Portanto, o convívio entre esses indivíduos era de cerca de uma década.¹⁶

A terceira testemunha desse processo chamava-se Ventura João Viana. Ele era natural da freguesia de São Sebastião de Darque, situada no Termo de Barcelos, Arcebispado de Braga, Portugal. Ele estava na idade de 23 anos, era casado e exercia a função de marinheiro. Ventura Viana travara seus primeiros contatos com Sebastião José na cidade portuguesa do Porto. No Brasil, mantiveram o convívio em virtude de atuarem juntos em embarcações que aportavam no Recife, Salvador, São Francisco do Sul e Rio de Janeiro. As interações entre esses reinóis, portanto, datavam de uma década ao tempo das núpcias de Sebastião José.

Dessa forma, trata-se de salientar dois aspectos do limiar da inserção de Sebastião José no município de Paranaguá. Um aspecto era a celeridade do envolvimento em esquemas

¹⁵ Ibid., p. 3.

¹⁶ Ibid., p. 4.

matrimoniais. Tal celeridade não era um aspecto circunscrito ao caso dos imigrantes que se dedicaram às lides do comércio. O segundo aspecto reside no fato de que seu estabelecimento no Brasil não fora decorrente de um planejamento de cuja execução teria participado compatriotas e membros da sociedade receptora. Antes, tal fixação consolidara-se após a realização de migrações internas no país de origem e de uma tentativa de residência na cidade do Rio de Janeiro.

Caixeiragem, imigração e conexões sociais na vila de Paranaguá: Francisco José Ribeiro e as formas de inserção nas lides do comércio

O estudo sobre o processo de dispensa matrimonial de Francisco José Ribeiro permite a elaboração de quatro argumentos. Primeiro, compete evidenciar que o início da trajetória desse português no Brasil evidencia que estava em funcionamento, no fim do século XVIII, uma dinâmica de interações entre comerciantes estabelecidos na vila de Paranaguá e indivíduos radicados na cidade do Rio de Janeiro. Uma das implicações desses contatos era a criação de um processo encaminhamento, por comerciantes residentes na capital da colônia, de jovens à vila de Paranaguá. Esses jovens, por sua vez, eram treinados nos misteres da vida comercial por meio do exercício da função de caixeiro.

A análise do caso de Francisco Ribeiro permite o reconhecimento do fato de que esse treinamento era, por vezes, conferido por compatriotas do jovem reinol. O reconhecimento dessa situação é operacional para evidenciar que a obtenção de um auxílio de compatriotas fora crucial para a fixação de jovens portugueses na vida econômica e social da vila de Paranaguá dos anos finais do século XVIII.

Segundo, é demonstrado que, habitualmente, o início do aprendizado de funções na vida comercial principiava no contexto da infância e primeiros anos da adolescência. Francisco José Ribeiro, portanto, foi treinado nas lides no comércio ao tempo que se encontrava na menoridade. Esse treinamento ocorrera no começo da década de 1770. No contexto da vila de Paranaguá, tal modelo de treinamento profissional permaneceu inalterado no decênio de 1790.

Conforme demonstrado ao longo deste artigo, a obtenção de um treinamento profissional na época da menoridade não era circunscrita ao caso de indivíduos que se dedicavam ao comércio. Antes, trabalhadores do mar de origem portuguesa estabelecidos em Paranaguá no citado contexto obtiveram os conhecimentos de sua profissão em idade pueril.

Terceiro, ressalta-se que o envolvimento nas lides do comércio e a constituição de vínculos com compatriotas abastados eram formas operacionais para a consolidação do enraizamento social do imigrante na vila de Paranaguá setecentista. Um dos efeitos da constituição de tais vínculos era a inserção no mercado matrimonial.

Porém, esse ingresso não acontecia, em todos os casos, de forma célere. Nesse contexto, trata-se de salientar que o casamento tardio de comerciantes não era situação verificada apenas no litoral paranaense – no primeiro planalto do atual Paraná, por exemplo, não era incomum o retardamento de matrimônio por indivíduos pertencentes à elite local, nas primeiras décadas do século XIX. A sustentação desse argumento é desenvolvida no estágio seguinte deste artigo.

Por fim, cabe destacar que havia casos de indivíduos de origem portuguesa que, após uma tentativa de fixarem-se na capital da colônia, migravam para a vila de Paranaguá. Ou seja, não era inabitual que reinóis, ao passo que se estabeleciam no extremo sul da Capitania de São Paulo, realizassem migrações internas. Nesse contexto, a obtenção de acolhida e treinamento profissional por seus compatriotas era imperiosa para que a fixação do reinol se consolidasse em área litorânea do Brasil Meridional.

O processo de dispensa matrimonial de Francisco José Ribeiro foi iniciado no dia 8 de maio de 1794 pelo vigário de Paranaguá, Pedro Domingues Paes Leme. Nessa oportunidade, Ribeiro afirmou que era originário da Vila Real, situada no Arcebispado de Braga, Portugal. Ribeiro salientou que, inicialmente, se estabelecera na cidade do Rio de Janeiro. Tal estabelecimento ocorrera quando ele estava na faixa dos 10 anos de idade. Portanto, cabe destacar que a sua migração para o Brasil ocorrera por volta do ano de 1774. Ao tempo de seu depoimento, Ribeiro afirmou que estava com 30 anos de idade.¹⁷

Ribeiro residira na então capital brasileira pelo período de dois anos. Em seguida, migrou para Paranaguá e foi acolhido por um compatriota, a saber, Custódio Martins de Araújo. Trata-se de um negociante que, ao menos até os anos 1790, continuou a empregar como caixeiros jovens portugueses que buscaram, sem sucesso, residir na cidade do Rio de Janeiro.¹⁸ O exercício da função de caixeiro por Araújo consistiu na etapa inicial do processo por meio do qual Francisco Ribeiro alcançou a condição de comerciante autônomo.

¹⁷ ARQUIVO METROPOLITANO DOM LEOPOLDO E SILVA, MITRA DIOCESANA DE SÃO PAULO. Processo de dispensa matrimonial de Francisco José Ribeiro, ano de 1794, p. 1.

¹⁸ *Ibid.*, p. 2.

Respeitante ao início de sua inserção no Brasil, Francisco José Ribeiro forneceu as seguintes informações:

Disse, que o seu próprio nome com que sempre se apelidou fora de Francisco José Ribeiro, que era filho legítimo de Pedro Ribeiro e de Ana Gaspar natural da freguesia de Alvadia, concelho de Serpa, termo da vila Real, arcebispado de Braga, que tinha trinta anos de idade pouco mais ou menos, e teria dez anos incompletos, quando saiu de sua pátria para a cidade do Porto, e logo se embarcou para a cidade do Rio de Janeiro, onde se demorou dois anos, e desta referida cidade veio para esta vila, onde se tem demorado todo o tempo que tem passado desde aquele até este tempo na ocupação do seu negócio que nunca prometeu esposais de presente, ou de futuro a mulher nenhuma, exceto a Joaquina do Espírito Santo e França.¹⁹

Ao tempo de seu matrimônio, Francisco Ribeiro estava acomodado na condição de membro do grupo de negociantes da vila de Paranaguá. De outra parte, trata-se de salientar que o seu casamento fora realizado em uma época na qual ele, Ribeiro, havia ultrapassado a etapa da juventude. Esse casamento acontecera, assim, uma década depois de esse imigrante atingir a maioridade. A inserção no rol de comerciantes autônomos de Paranaguá não ocasionou, de forma célere, o ingresso de Ribeiro aos esquemas matrimoniais ali vigentes.

O retardamento de matrimônio por comerciantes fora um fenômeno salientado pelo historiador Carlos Lima para o caso do primeiro planalto paranaense do início do século XIX. Assim, Lima asseverou que “além das questões de oportunidades relativas à distinção social, havia o problema da montagem das redes de relações pessoais necessárias às atividades mercantis”.²⁰ Naquele contexto, portanto, setores da elite social da 5ª Comarca de São Paulo postergavam a sua inserção em arranjos matrimoniais em virtude da natureza de seus interesses econômicos e sociais.

De outra parte, cumpre destacar que a fixação de Ribeiro na vila de Paranaguá e sua posterior inserção no grupo de comerciantes varejistas da localidade eram decorrentes do funcionamento de uma dinâmica de interações entre comerciantes de Paranaguá e do Rio de Janeiro. Essa dinâmica permitiu a Francisco Ribeiro ser recrutado como caixeiro de um compatriota.

O estabelecimento desse indivíduo em Paranaguá é, pois, uma evidência de que a realização de migrações internas era enxergada como estratégia útil para angariar oportunidades econômicas e sociais. No contexto da vila de Paranaguá, os comerciantes de

¹⁹ Ibid., p. 1.

²⁰ LIMA, Carlos Alberto Medeiros. Uma “informação” sobre os negócios da erva-mate e o seu autor (1837). *História Econômica e História de Empresas*, n. 14, p. 38, 2011.

origem portuguesa realizaram migrações internas com o fito de se reabilitarem na vida comercial ao menos até as duas primeiras décadas do século XIX.²¹

De outra parte, a conquista de oportunidades profissionais não engendrou rapidamente o envolvimento do aludido reinol nas lógicas de constituição de casamentos. O caso de Ribeiro possui aproximação com uma situação há tempos salientada pela historiografia. Assim, não era incomum, no contexto do Brasil colonial, que a obtenção de treinamento na vida comercial por um compatriota permitisse ao imigrante português a obtenção de oportunidades tais como a inauguração de seu próprio comércio e o estabelecimento de vínculos matrimoniais com integrantes das parentelas de seus patrões.²²

As testemunhas do processo de Francisco José Ribeiro: aspectos de seus perfis sociais

No processo de dispensa matrimonial de Francisco José Ribeiro constam os depoimentos de três testemunhas. A atenção às informações presentes nesses depoimentos permite, por um lado, salientar que a inserção de Ribeiro na vila de Paranaguá era decorrente da prática de absorção, por comerciantes de Paranaguá, de caixeiros residentes na então capital brasileira. Por outro lado, o estudo dessas informações é decisivo para a demonstração do argumento segundo o qual o apoio de compatriotas, no contexto da vila de Paranaguá setecentista, era relevante para a concretização do enraizamento do reinol na vida econômica e social da localidade.

A primeira testemunha a depor neste processo fora Mathias Xavier Baleiro, natural da cidade açoriana de Angra do Heroísmo. Nessa ocasião, tal imigrante estava na idade de 69 anos e era tenente da Companhia de Ordenanças de Paranaguá. Atente-se, pois, ao excerto do depoimento no qual Baleiro salienta o apoio prestado por Custódio Martins de Araújo a Ribeiro:

[...] perguntado ele testemunha pelo conteúdo no requerimento do justificante, que todo lhe foi lido, e declarado pelo reverendo ministro, disse, que sabia muito bem

²¹ A esse respeito, compete salientar que os textos memorialísticos do comerciante português Antônio Vieira dos Santos (1784-1854) contêm indícios da natureza das adversidades de reinóis para se fixarem em áreas do Sudeste e Sul do Brasil no fim do século XVIII. Vieira dos Santos foi um comerciante varejista que habitou, respectivamente, os municípios de Paranaguá e Morretes, situados no litoral do atual estado do Paraná, na primeira metade do século XIX. Porém, quando migrou para o Brasil, o seu propósito era se fixar na cidade do Rio de Janeiro. O insucesso dessa pretensão motivou a sua transferência para a vila de Paranaguá, à época pertencente à jurisdição da Capitania de São Paulo. A íntegra dos textos de memórias do citado imigrante está contida em CAVAZZANI, André Luiz Moscaleski; GOMES, Sandro Aramis Richter. *Antônio Vieira dos Santos: reminiscências e outros escritos*. Curitiba: Editora da Universidade Federal do Paraná, 2014.

²² BOXER, Charles. *A idade do ouro do Brasil: dores do crescimento de uma sociedade colonial*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

que o justificante é o próprio aqui nomeado, natural das partes de Portugal, de onde viera para a cidade do Rio de Janeiro, e desta para esta vila de Paranaguá, enviado para a casa do sargento-mor Custódio Martins de Araújo, e teria nesse tempo doze anos, quando muito, e que sempre se tinha demorado nesta vila como seu negócio, e que sabia não ter em parte alguma embaraço algum para o estado que pretendia tomar.²³

Desse modo, Ribeiro, desde os primórdios de sua vivência em Paranaguá, esteve ligado a indivíduos que pertenciam à elite social da vila – Custódio Martins, por exemplo, era Sargento-Mor da Companhia de Ordenanças daquele município. De outra parte, cabe salientar que Ribeiro fora iniciado nas lides do comércio por volta dos 12 anos de idade. Nos anos finais do século XVIII, era em tal faixa de idade que imigrantes portugueses principiavam a ser treinados nas lides mercantis na vila de Paranaguá.²⁴

A segunda testemunha a depor nesse processo era o capitão de Ordenanças Manuel Antônio da Costa, português que exercia a ocupação de negociante e estava na idade de 39 anos. Ele era natural da Freguesia de Santa Maria de Ribeiros, no Arcebispado de Braga.²⁵ Em suma, Costa corroborou as informações apresentadas no depoimento de Mathias Xavier Baleiro. Ou seja, ele assegurou que fora um imigrante português – Custódio Araújo – o responsável pela acolhida de Ribeiro em Paranaguá, nos anos 1770.

A terceira testemunha desse processo era o capitão Manuel Álvares Carneiro. Originário de Portugal, Carneiro era negociante e, em 1794, estava na idade 36 anos. Ele salientou que Ribeiro, ao tempo que se transferiu para a cidade do Rio de Janeiro, fora recebido pelo Sargento-Mor Manuel da Costa Cardoso. Desde o princípio de sua trajetória no Brasil, Ribeiro esteve vinculado a indivíduos que detinham posições centrais na vida econômica e administrativas das cidades em que habitavam. Conforme o depoente Manuel da Costa:

[...] o justificante [Francisco José Ribeiro] é o próprio aqui nomeado, natural do arcebispado de Braga, que embarcou da cidade do Porto para a do Rio de Janeiro remetido ao sargento-mor Manoel da Costa Cardozo, e logo por este enviado para esta vila ao sargento-mor Custódio Martins Araújo tendo de idade naquele tempo doze anos mais ou menos.²⁶

Dessa maneira, o percurso de Francisco José Ribeiro no Brasil fora marcado, desde o início, pelo vínculo com personagens de elites sociais do Rio de Janeiro e de

²³ ARQUIVO METROPOLITANO DOM LEOPOLDO E SILVA, MITRA DIOCESANA DE SÃO PAULO. Processo de dispensa matrimonial de Francisco José Ribeiro, ano de 1794, p. 3.

²⁴ COSTA, Samuel Guimarães da. *O último Capitão-Mor (1782-1857)*. Curitiba: Editora da Universidade Federal do Paraná, 1988.

²⁵ ARQUIVO METROPOLITANO DOM LEOPOLDO E SILVA, MITRA DIOCESANA DE SÃO PAULO. Processo de dispensa matrimonial de Francisco José Ribeiro, ano de 1794, p. 3.

²⁶ *Ibid.*, p. 4.

Paranaguá. Havia membros dessas elites que mantinham conexões entre si. Essas conexões tornaram viável o ingresso, na vila de Paranaguá, de indivíduos pertencentes a uma geração posterior à geração de Ribeiro – houve, por exemplo, portugueses nascidos na década de 1780 que foram enviados do Rio de Janeiro a Paranaguá em virtude das aludidas conexões entre os comerciantes.²⁷

Trabalho marítimo, segmentação da comunidade étnica portuguesa e matrimônio: o caso de Manuel José Pereira

O desenvolvimento desta etapa do artigo permite a identificação da natureza estratificada da comunidade étnica portuguesa existente em Paranaguá no fim do século XVIII. Ao mesmo tempo, esse desenvolvimento é fundamental para o reconhecimento das formas de treinamento de membros de outro grupo profissional que contava com a presença de jovens portugueses – os marujos.

Primeiro, cabe salientar que uma forma de os portugueses recém-chegados ao Brasil ingressarem na vida econômica colonial era por meio do exercício de ofícios marítimos. O aprendizado desses ofícios ocorria na menoridade. Trata-se, pois, de uma semelhança entre os marinheiros e os comerciantes de origem portuguesa estabelecidos em Paranaguá. Contudo, a diferença crucial entre esses dois grupos de profissionais residia no fato de que os comerciantes reinóis ali radicados ascenderam economicamente de forma mais célere – a conquista da condição de comerciante autônomo e a capacidade de participar de esferas administrativas eram os principais elementos dessa ascensão.²⁸

De outra parte, marinheiros tais como Manuel José Pereira atravessavam décadas sem experimentarem uma substancial modificação na natureza de suas atividades profissionais. Em geral, eles permaneciam dedicados a exercer tarefas de serventes de navios que viajavam por áreas do Sudeste e Nordeste do Brasil.

Segundo, argumenta-se que a realização das núpcias de Manuel Pereira evidencia que uma das estratégias de inserção social de imigrantes portugueses na Paranaguá setecentista consistia em consolidar vínculos familiares em uma freguesia desse município, a saber, Nossa Senhora do Pilar da Graciosa. Em síntese, a execução desta etapa do artigo permite salientar a relação entre a mobilidade espacial de imigrantes e a concretização do enraizamento na sociedade receptora.

²⁷ Ver CAVAZZANI. *Tendo o sol...* op. cit., p. 76.

²⁸ Ver CAVAZZANI; GOMES. *Antônio Vieira dos Santos...* op. cit.

Terceiro, cabe salientar que os principais interlocutores de Manuel Pereira, no fim do século XVIII, eram imigrantes dedicados aos trabalhos marítimos e à pequena produção agrícola. Desse modo, compete apresentar evidências de que o círculo de relações sociais de Pereira era formado por indivíduos acomodados em posições mais subalternas da hierarquia social da vila de Paranaguá. As distâncias entre os membros da comunidade étnica portuguesa existente nesse município eram determinadas, em grande medida, pela ocupação profissional que exerciam.

O processo de dispensa matrimonial de Manuel José Pereira foi iniciado no dia 27 de maio de 1795 pelo vigário de Paranaguá, Pedro Domingues Paes Leme. Nessa ocasião, Pereira afirmou que estava na idade de 26 anos e era natural da freguesia de São Cristovam de Mafamude, situada no Bispado do Porto, Portugal. Ele migrou para o Brasil quando estava na idade de 12 anos. Portanto, a sua vinda para a colônia ocorrera por volta do ano de 1781. Desde essa época, ele se ocupou das tarefas de marujo, de modo a realizar serviços de servente de embarcações. Pereira destacou que a sua atuação como marujo era realizada em portos tais como o do Rio de Janeiro e de Santos.

Ao desenvolver suas atividades laborais no sul da Capitania de São Paulo, Manuel Pereira estabeleceu conexões em uma freguesia de Paranaguá, a saber, a freguesia de Nossa Senhora do Pilar da Graciosa. Foi, pois, nessa localidade que ele obteve a oportunidade de contrair matrimônio. Atente-se, pois, às seguintes informações do depoimento de Pereira:

E quando saiu de sua referida pátria tinha doze anos incompletos [quando entrou] para servente de um navio, que estava na mesma cidade do Porto, preparando-se para viajar para a cidade do Rio de Janeiro, e, com efeito, logo saiu, e chegou ao Rio, e fez outras viagens para a cidade de Lisboa, e voltou para o Rio e de lá para os portos desta Costa de Santos, até esta vila sem ter domicilio certo em qualquer destes Portos, nem dilatar-se mais tempo de que o necessário para carregar e descarregar os navios em que andava, que não tinha prometido esposais a mulher alguma, excetuando a Francisca de Paula na freguesia de Nossa Senhora do Pilar com quem estava apregoad.²⁹

Cumprido salientar que, em 1793, Francisca de Paula era noiva de Manuel José de Oliveira, marinheiro originário da Capitania do Grão-Pará, no Norte do Brasil.³⁰ Tal informação permite assinalar que não era incomum que marujos adventícios buscassem, na

²⁹ ARQUIVO METROPOLITANO DOM LEOPOLDO E SILVA, MITRA DIOCESANA DE SÃO PAULO. Processo de dispensa matrimonial de Manuel José Pereira, ano de 1795, p. 1.

³⁰ ARQUIVO METROPOLITANO DOM LEOPOLDO E SILVA, MITRA DIOCESANA DE SÃO PAULO. Processo de dispensa matrimonial de Manuel José de Oliveira, ano de 1793, p. 1.

Paranaguá do fim do século XVIII, consolidar seu pertencimento nesse município por meio do estabelecimento de conexões sociais na aludida freguesia.

Ao mesmo tempo, cumpre salientar que, ao tempo de suas núpcias, Manuel José Pereira estava, ao menos, há catorze anos no exercício das tarefas de marujo. Ele permanecia, pois, como empregado de embarcações. A sua condição profissional permaneceu inalterada na época em que alcançou a etapa da juventude.

O convívio com marinheiros e as formas de consolidação de vínculos na sociedade receptora

O estudo sobre as origens e o perfil social das testemunhas do processo de dispensa matrimonial de Manuel José Pereira permite salientar aspectos das distâncias entre os integrantes da comunidade étnica portuguesa existente na vila de Paranaguá do fim do século XVIII. Eram, pois, lavradores e marinheiros que, na vila de Paranaguá, dispunham de informações mais pormenorizadas sobre Manuel José Pereira. Ao mesmo tempo, as informações contidas no processo de dispensa matrimonial desse indivíduo permitem salientar que não era incomum que ligações sociais forjadas em Portugal fossem conservadas pelos imigrantes quando se transferiam para a vila de Paranaguá.

A primeira testemunha a depor nesse processo foi Manuel Joaquim da Silva, natural da Ilha do Pico, situada no Arquipélago dos Açores. Ele afirmou que estava na idade de 30 anos, era casado e *vivia de suas lavouras*. Manuel Silva salientou que iniciara sua aproximação com Manuel Pereira ao tempo que estavam a atuar como marinheiros na cidade do Rio de Janeiro, no início dos anos 1770.³¹

Portanto, Manuel Silva conservou, em Paranaguá, seus vínculos com um imigrante que conhecera na capital da colônia. Trata-se, pois, de um indício da perenidade das interações sociais entre membros de uma comunidade étnica que exerciam análogas atividades econômicas.

De outra parte, cabe salientar que Manuel Silva era um imigrante que lograra se fixar em Paranaguá por meio do exercício de atividades agrícolas. O exercício dessas atividades, contudo, não implicou o fim de sua atuação como marujo. Dessa forma, o depoimento do aludido açoriano contém indícios de que a diversificação de atividades econômicas não era incomum no grupo de marujos estabelecidos na vila de Paranaguá dos

³¹ ARQUIVO METROPOLITANO DOM LEOPOLDO E SILVA, MITRA DIOCESANA DE SÃO PAULO. Processo de dispensa matrimonial de Manuel José Pereira, ano de 1795, p. 2.

anos finais do século XVIII. Antes, tal diversificação permitia ao imigrante consolidar seu enraizamento na sociedade receptora.

A segunda testemunha do processo era Eusébio da Silva Neves, natural de Paranaguá. Mais precisamente, ele residia na citada Freguesia do Pilar. Ao tempo de seu depoimento nesse processo, Eusébio Neves afirmou que estava na idade de *trinta e poucos anos*, era solteiro e atuava como marinheiro. Eles mantiveram seus primeiros contatos ao tempo que ainda se encontravam na menoridade e principiavam a atuar como marujos.³² Manuel José Pereira, portanto, tinha no seu rol de interlocutores na Vila de Paranaguá um indivíduo que atingira a maturidade sem estar envolvido nos esquemas matrimoniais que funcionavam na localidade.

Por fim, a terceira testemunha desse processo era o citado marinheiro português Sebastião José Maria. Ele afirmou que realizara viagens com Manuel José da Silva desde os primeiros anos do estabelecimento desse indivíduo no Brasil. Em verdade, Sebastião José ressaltou que ambos mantinham interações na época em que residiam em Portugal. Eles se conheceram em Lisboa ao tempo que imigraram para o Brasil.³³

Nesse contexto, trata-se de salientar que uma aproximação entre Manuel Pereira e Sebastião José residia no fato de que fora em uma freguesia de Paranaguá – Nossa Senhora do Pilar da Graciosa – que eles alcançaram a faculdade de contrair núpcias. Cabe, portanto, reafirmar que a circulação pelo interior de uma freguesia do município fora decisiva para a ampliação e consolidação de vínculos sociais de reinóis estabelecidos na Paranaguá setecentista.

Considerações finais

A finalidade central deste artigo consistiu na produção de um conhecimento acerca das formas de inserção de imigrantes portugueses no município de Paranaguá nas últimas décadas do século XVIII. Nesse quadro, a análise do caso de Francisco José Ribeiro permitiu asseverar que uma estratégia de enraizamento de portugueses na citada vila era aproximação com compatriotas há tempos ali residentes.

Havia, pois, ocasiões nas quais esses compatriotas ofereciam ao imigrante recém-chegado uma acolhida e um treinamento na vida mercantil. A oportunidade de obter esse treinamento consistia em estágio inicial do processo de mobilidade social ascendente de um

³² Ibid., p. 4.

³³ Ibid., p. 3.

reinol dedicado às lides comerciais. Comumente, tal mobilidade completava-se no momento em que o jovem português alcançava a condição de comerciante autônomo na vila de Paranaguá.

De outra parte, verificou-se que, no fim do século XVIII, existia uma dinâmica de contatos sociais entre comerciantes radicados em Paranaguá e negociantes estabelecidos na cidade do Rio de Janeiro. Tais contatos possibilitavam o recrutamento de jovens residentes na capital da colônia para atuarem como caixeiros em Paranaguá. Francisco Ribeiro, por exemplo, ingressou na sociedade de Paranaguá em virtude do funcionamento de tal dinâmica de absorção de empregados de comércio.

No curso desta investigação, foi evidenciado que a comunidade portuguesa existente em Paranaguá era socialmente segmentada. Nesse quadro, os marujos reinóis eram inclinados a permanecer próximos desde o momento em que emigravam de Portugal, no contexto da infância e início da adolescência, até a época em que alcançavam a idade adulta e principiavam a participar de esquemas matrimoniais. Existia, assim, um aspecto perene nas interações entre os reinóis dedicados aos trabalhos marítimos.

Destacou-se, ainda, que o processo de enraizamento social dos indivíduos aqui arrolados era marcado por migrações internas. Dessa forma, a consolidação do pertencimento do reinol à sociedade receptora era marcada por permanentes rearranjos das suas estratégias de constituição de vínculos sociais e desenvolvimento de atividades econômicas. Assim, foi salientado que tanto comerciantes quanto marujos tiveram seus percursos marcados por tal aspecto.

Foi demonstrado, por fim, que o enraizamento nesse município era, por vezes, decorrente do insucesso do plano de se estabelecer na capital portuguesa e na capital da colônia brasileira. Havia ocasiões em que a vila de Paranaguá não era o destino prioritário de jovens portugueses. O estudo dos casos de Francisco José Ribeiro e Sebastião José Maria permitiu atestar que houve, na Paranaguá setecentista, comerciantes e marinheiros que malograram em suas primeiras tentativas de se consolidar em áreas do Reino de Portugal e do Brasil colonial.